

Oposição sem rumo?

Rogério L. Furquim Werneck*

Lula tem comentado que a oposição perdeu o rumo. E que, por estar desorientada, mostra-se propensa a críticas pouco razoáveis. O presidente tem comparado a desorientação que agora vê na oposição com o equívoco do PT na campanha eleitoral de 1994, quando não conseguiu perceber o verdadeiro alcance do programa de estabilização que respaldava a candidatura de FHC. Na avaliação de Lula, a oposição mostra-se agora atônita diante do bom momento econômico e social que vive o País. Quaisquer que tenham sido as segundas intenções que possam ter inspirado o vazamento de tais comentários pelo Planalto, há na avaliação atribuída ao presidente um lado instigante que enseja reflexões sobre a larga experiência de perda de rumo que tanto Lula quanto a oposição acumularam nos últimos anos.

É louvável que Lula reconheça de forma tão explícita quão equivocada foi a decisão de apostar que o Plano Real não duraria dois meses, como lhe garantiam em 1994 os economistas do PT. Lula talvez pudesse ter também reconhecido que a insistência num discurso econômico tresloucado em 1998 voltou a condenar sua candidatura a nova e retumbante derrota na eleição presidencial, mesmo com o País à beira de grave crise.

Já em 2002, o troféu de perda de rumo acabou arrebatado pela candidatura governista. Assistiu-se a um pleito insólito em que todos os quatro candidatos a presidente se opunham à política econômica do governo. Ao longo da campanha, abriu-se amplo espaço para que Lula e o PT passassem por extraordinária metamorfose e se apropriassem escancaradamente do discurso econômico “fernando-malanista”, que vinha sendo repudiado pelo candidato governista. Com a consolidação desta “apropriação indébita” no início do primeiro mandato de Lula, parte da oposição se viu de repente sem discurso econômico e condenada a curioso alinhamento com as críticas internas do próprio PT à política do ministro Palocci e sua equipe. Nem mesmo na eleição de 2006 a oposição a Lula conseguiu reencontrar o rumo. Como em 2002, achou mais prudente passar completamente ao largo das questões fiscais e mostrou-se fatalmente tibia na defesa de realizações importantes do governo de FHC. O resultado foi o que se viu.

A verdade é que Lula tocou num ponto sensível. Já há muito tempo um segmento importante da oposição se vinha mostrando incapaz de manter um discurso econômico minimamente articulado. Em parte porque ainda temia que críticas mais duras à evolução do quadro fiscal pudessem ser consideradas impopulares e de direita. Agora, contudo, a oposição vem dando mostras de ter afinal percebido que a questão fiscal

deve ser seu principal alvo. Pelo menos é o que sugere sua decisão de fincar pé e se opor à prorrogação da CPMF nas bases atuais.

Para alegria do governo, há quem esteja agora tentando convencer a oposição de que a discussão sobre a CPMF esta mal focada e que sua extinção ameaçaria a sustentabilidade fiscal. E que seria mais prudente decidir primeiro como cortar gastos. A argumentação não se sustenta. A receita federal total está crescendo a uma taxa real da ordem de 10% em 2007, propiciando ao governo um volume de recursos adicionais bem superior ao que vem sendo arrecadado pela CPMF. Não se trata, portanto, de cortar receita e, sim, de conter a elevação da carga tributária. Rotular de sustentável o atual regime fiscal, no qual a dívida pública só pode ser mantida sob controle se a carga tributária for aumentada de 0,6% do PIB a cada ano, exige boa dose de auto-ilusão. É exatamente a preocupação com a sustentabilidade fiscal que aponta para a urgência de se sustar essa trajetória explosiva. Mas, a esta altura, é ingênuo acreditar que o corte de gastos será deflagrado espontaneamente pelo atual governo. Sobram evidências de que, nesta matéria, seu projeto é outro.

Embora a oposição não tenha peso suficiente no Congresso para exigir do governo política de dispêndio público mais conseqüente, tem agora a oportunidade única de fazer com que o Congresso exerça o papel clássico do parlamento e impeça que o governo continue tendo acesso tão farto a recursos fiscais. Se puder exigir que a CPMF se converta em tributo de caráter meramente fiscalizatório, ainda no atual mandato presidencial, a oposição terá deflagrado mudança crucial no regime fiscal do País.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.